

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.766.638 - MA (2020/0252212-6)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : ESTADO DO MARANHÃO
PROCURADOR : JOAO VICTOR HOLANDA DO AMARAL E OUTRO(S) -
MA017788
AGRAVADO : BRUNO LOUREIRO DA SILVA
ADVOGADOS : ROSARIO DE FATIMA SILVA AIRES - MA005137
LAYSSON GLAUBER BANHOS LOPES - MA018402

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por ESTADO DO MARANHÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e alínea "c," da CF/88, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, assim resumido:

PROCESSUAL CIVIL IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL ACÓRDÃO PROFERIDO NO BOJO DO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO N 307782010 GRATIFICAÇÃO DE NATUREZA TÉCNICA A POLICIAIS CIVIS COM DIPLOMA DE NÍVEL SUPERIOR IMPUGNAÇÃO PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO – REJEITADA CÁLCULOS APRESENTADOS PELA CONTADORIA JUDICIAL IMPUGNAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE I – TRATASE DE IMPUGNAÇÃO NO BOJO DA EXECUÇÃO INDIVIDUAL EM FACE DO ESTADO DO MARANHÃO EM RAZÃO DO ACÓRDÃO N 1106832012 QUE RECONHECEU O DIREITO LÍQUIDO E CERTO DA CLASSE DE POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DO MARANHÃO QUE POSSUAM DIPLOMA DE NÍVEL SUPERIOR À PERCEPÇÃO DE GRATIFICAÇÃO DE NATUREZA TÉCNICA PROFERIDO NOS AUTOS DO MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO N 307782010 II – OS DOCUMENTOS ACOSTADOS AO CADERNO ELETRÔNICO DEMONSTRAM TER HAVIDO HOMOLOGAÇÃO DOS CÁLCULOS JUDICIAIS APENAS EM 13 DE OUTUBRO DE 2016 DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N 492112015 O QUAL FORA PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO DESEMBARGADOR RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE (ID 352154) PRELIMINAR REJEITADA III – QUANTO AO EXCESSO DE EXECUÇÃO FORA DETERMINADA POR ESTA RELATORIA A REALIZAÇÃO DE NOVOS CÁLCULOS POR PARTE DA CONTADORIA JUDICIAL TENDO SIDO

ENCAMINHADA NOVA PLANILHA COM OS VALORES ATUALIZADOS (ID 3788080) O QUE POR CERTO AFASTA O ALEGADO EXCESSO OU UTILIZAÇÃO EQUIVOCADA DE TABELA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA FINS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA IMPUGNAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE HOMOLOGANDO OS CÁLCULOS DA CONTADORIA JUDICIAL

Quanto à controvérsia, pela alínea "a" e alínea "c" do permissivo constitucional, alega, além de dissídio jurisprudencial, violação do art. 1º do Decreto n. 20.910/32, no que concerne à prescrição da pretensão executória, no sentido de que, quando a liquidação depende de meros cálculos aritméticos, o prazo prescricional tem como termo inicial o trânsito em julgado da ação de conhecimento, não cabendo a interrupção ou suspensão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, não houve o prequestionamento da tese recursal, uma vez que a questão postulada não foi examinada pela Corte de origem sob o viés pretendido pela parte recorrente.

Nesse sentido: “O Tribunal de origem não tratou do tema ora vindicado sob o viés da exegese dos artigos 131 e 139 do CPC/1973, e, tampouco o recorrente opôs embargos de declaração visando prequestionar explicitamente o tema. Incidência da Súmula 211/STJ”. (AgInt no REsp n. 1.627.269/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/9/2017.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.514.978/SC, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 17/6/2020; AgInt no AREsp 965.710/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 19/9/2018; e AgRg no AREsp 1.217.660/SP, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 4/5/2018.

Dessa forma, reconhecida a ausência de prequestionamento da tese objeto da divergência jurisprudencial, inviável a demonstração do referido dissenso em razão da inexistência de identidade entre os arestos confrontados, requisito indispensável ao conhecimento do recurso especial pela alínea "c".

Nesse sentido: “O óbice da ausência de prequestionamento impede a análise do dissenso jurisprudencial, porquanto inviável a comprovação da similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado”. (AgInt no AREsp 1.639.095/RJ, relator Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 19/5/2020.)

Superior Tribunal de Justiça

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes precedentes: AgInt no REsp 1.862.546/SP, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 14/8/2020; AgInt no AREsp 1.486.884/RS, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, Dje de 19/2/2020; e EDcl no REsp 1.274.569/MG, relator Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe de 25/8/2014.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente